



INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
DEPARTAMENTO DO RIO DE JANEIRO

CARTA DO SEMINÁRIO 25 ANOS DO PROGRAMA FAVELA BAIRRO

Nos dias 06, 07 e 08 de maio de 2019, na sede do Instituto de Arquitetos do Brasil departamento do Rio de Janeiro (IAB-RJ) reuniram-se uma série de profissionais de diferentes áreas, tais como; arquitetos, engenheiros, sociólogos, assistentes sociais, historiadores, lideranças comunitárias e políticos de diversas tendências, que reafirmaram a necessidade de um programa continuado de urbanização de favelas. Apesar da diversidade de opiniões e de posturas, todos os participantes foram unânimes em afirmar a necessidade de ações estruturadas do Estado e da Sociedade Civil no sentido de integrar os territórios das cidades brasileiras, lutando contra a violência urbana, garantindo acessibilidade e oportunidades a todos. Um desenvolvimento econômico que sinalize a inclusão de parcelas socialmente frágeis e vulneráveis, afirmando especialmente uma maior coesão social na cidade e no país. Para isso, é fundamental que as três esferas governamentais e a sociedade civil reflitam sobre a urgência de um plano e projeto, que aponte para uma maior coesão social. A partir das apresentações e dos debates pode se retirar o decálogo de princípios norteadores de uma política urbana de inclusão, que se seguem:

1. Estruturação de uma política continuada de urbanização de favelas, que articule integração desses territórios a suas adjacências, universalização dos serviços públicos oferecidos, regularização fundiária, tributação adequada, controle urbanístico contínuo, geração de renda e monitoramento da sua evolução.
2. Protagonismo ao planejamento e ao projeto participativos dos territórios das favelas e seu entorno, articulando ações de geração de renda, saúde, mobilidade, habitação e qualidade urbana.
3. Articulação entre as ações de urbanização, construção de novas unidades e melhorias das unidades existentes entendendo sua efetiva materialização no espaço como interessadas na supressão do estigma que acompanha essas áreas, na nossa sociedade.
4. Participação da população atingida no planejamento, projeto e gestão dos territórios.
5. Generalização da política de urbanização de favelas em todo o território da cidade metropolitana, de forma a sinalizar para o conjunto da sociedade um esforço de integração efetiva.
6. Gerenciamento e monitoramento contínuo do valor da terra urbana, garantindo às diversas famílias o acesso a moradia e a qualidade de vida urbana integral, na maior parte da cidade como um todo.
7. Acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo das concessionárias de serviços públicos diferenciados, que prestam serviços nesses territórios.
8. Reconhecimento da especificidade dos esforços feitos pela população desses assentamentos, respeitando suas pré-existências, entendendo o plano e o projeto como explicitação de conflitos, que devem ser pactuados por todos.
9. Dedicção de atenção especial à infância e aos jovens nesses territórios, apontando de forma clara e transparente o esforço de toda a sociedade para sua integração.
10. Desenvolvimento de uma comunicação ampla, que debata de forma continuada os impasses enfrentados por essa política de urbanização de favelas.

Portanto, encaminhamos essa carta aos prefeitos da cidade metropolitana do Rio de Janeiro, e ao governador do Estado do Rio de Janeiro.

RUA DO PINHEIRO, Nº 10 CEP 22220-050 FLAMENGO RIO DE JANEIRO BRASIL TEL. +5521 2557-4480

iabRJ@iabRJ.org.br